

APRESENTAÇÃO

Os 60 anos do Golpe de 1964 e os horizontes possíveis para um ensino de História comprometido com o *Nunca Mais*

The 60th Anniversary of the 1964 Coup and the Possible Horizons for a History Teaching Committed to the Never Again

Alessandra Carvalho*
Alessandra Gasparotto**
Thiago Nunes Soares***

RESUMO

O presente artigo busca pontuar alguns elementos acerca das formas como tem se constituído o ensino de História sobre o Golpe de 1964 e a ditadura no Brasil. Partindo de algumas reflexões acerca do tempo presente, marcado tanto pela efeméride dos 60 anos do Golpe quanto pela reprodução de discursos negacionistas, trata de problematizar como se configura a abordagem de tais temas na Educação Básica. O trabalho também apresenta e dialoga com os textos que compõem o dossiê *O ensino de História e os 60 anos do Golpe de 1964: o que temos aprendido e ensinado?* Entre esses textos, destaca-se o que homenageia o

ABSTRACT

This article aims to point out some elements about the ways in which the History teaching about the 1964 Coup and the dictatorship in Brazil has been constituted. Starting from some reflections on the present time, marked by the 60th anniversary of the Coup and by the reproduction of denialist discourses, it tries to problematize how the approach to such themes in Basic Education is configured. The article also presents and dialogues with the texts that make up the dossier *The Teaching of History and the 60th Anniversary of the 1964 Coup: What Have We Learned and Taught?* Among these texts, there is one

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. ale.carvalhoufrj@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-5010-8314>>

** Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. sanagasparotto@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0006-8960-6245>>

*** Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco, Brasil. thiago.nsoares@upe.br <<https://orcid.org/0000-0003-4208-5631>>

Professor Enrique Serra Padrós, uma das principais referências nos estudos sobre a ditadura no Brasil e um professor profundamente dedicado a educar para o *Nunca Mais*.

Palavras-chave: Ensino de História; Ditadura; Golpe de 1964.

that pays tribute to Professor Enrique Serra Padrós, one of the main references in studies on the dictatorship in Brazil and a professor deeply dedicated to educating for the *Never Again*.

Keywords: History Teaching; Dictatorship; Coup of 1964.

A negação dos genocídios não retira deles o passado, mas os impede de ter um futuro.

(Karl Schurster)

Em março de 2024, o golpe de Estado de 1964 completou 60 anos e mobilizou docentes e pesquisadores para a reflexão sobre esse evento e a ditadura que a ele se seguiu. Inúmeros eventos científicos foram organizados, apresentando o cenário atual dos estudos sobre esses processos históricos. Cabe sublinhar o avanço das investigações acerca das questões étnico-raciais no período e aquelas que se debruçaram sobre as relações entre grupos econômicos privados e militares, quando comparamos as temáticas presentes em seminários realizados em 2014.

Como parte desse movimento acadêmico e político, professores e professoras, em suas escolas, criaram diferentes atividades para rememorar o marco do golpe com estudantes, apropriando-se de variados suportes e metodologias – testemunhos, manifestações artísticas, filmes de ficção e documentários, aulas de campo, entre outros –, reforçando a diversidade de caminhos construídos para ensinar essa história.¹

Todos sabemos que, nas efemérides, o passado é acionado a partir das demandas do presente e assim foi em 2024. As rememorações do golpe e da ditadura ganharam um caráter específico, relacionado à dinâmica política e social vivida nos últimos anos, que conformou discursos negacionistas² ou de exaltação da ditadura e culminou na tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023.

Docentes de todos os níveis de ensino experimentaram o desafio de lidar com contestações ao conhecimento histórico e à sua autoridade, além de serem confrontados pelas produções veiculadas no universo virtual e por suas

formas particulares de narrar a história.³ Esse desafio se relaciona à própria especificidade da temática da ditadura, que se caracteriza enquanto um “tema sensível”⁴ e que se enquadra no que Bodo von Borries (2011) conceitua como *burdening history*: histórias “pesadas” ou difíceis, cuja transmissão, abordagem e aprendizagem carregam uma série de obstáculos.

A tarefa que tem se colocado para os docentes, então, é inventar formas de restabelecer em sala de aula um diálogo baseado na confiança recíproca e que articule, ao mesmo tempo, o espaço de participação dos estudantes e o potencial da intervenção reflexiva da disciplina História. Assim, será possível oportunizar que esses jovens estudantes se apropriem de nosso passado ditatorial e consigam compreender as noções de democracia e ditadura que permeiam o seu presente. E, especialmente, garantir que nossas aulas de História sejam espaços dedicados a educar para o *Nunca Mais*.⁵

O dossiê que ora apresentamos objetiva contribuir para aprofundar as reflexões sobre as formas como tem se constituído o ensino de História sobre o Golpe de 1964 e a ditadura no Brasil. Ele reúne um conjunto de textos que tratam do ensino acerca de tal temática na Educação Básica a partir de diferentes miradas, ou que problematizam as condições sociais que afetam as formas como a ditadura é lembrada (ou esquecida; relativizada; negada) e que atravessam nossas salas de aula.

Os textos contemplam, entre outros aspectos, os impactos do negacionismo e do anticientificismo na escola; a história da ditadura e o universo virtual; as interações entre a Universidade e a Educação Básica e seus diversos agentes e iniciativas; as relações entre os/as jovens e a memória; a ditadura e as questões étnico-raciais; os espaços de memória. Assim, permitem vislumbrar inúmeros temas e problemas que conformam a agenda de pesquisas em torno do ensino de História sobre o Golpe e a ditadura.

O dossiê também presta uma justa homenagem ao Professor Enrique Serra Padrós, uma referência fundamental tanto no campo da pesquisa quanto no ensino sobre as ditaduras no Cone Sul. Em seus escritos, criticava a “generalização da desmemória e do silêncio” em relação ao nosso passado ditatorial, enfatizando a dimensão pedagógica das lutas por verdade e justiça, “fundamental para promover o encontro de gerações” (PADRÓS, 2012). De acordo com ele, a falta de respostas para questões que conectam esse passado recente da ditadura com o nosso tempo presente atinge tanto as vítimas da

dinâmica repressiva como as novas gerações, “que têm interditado o conhecimento e a experiência da geração anterior, experiência que constitui história e que pertence a todos enquanto coletividade” (PADRÓS, 2009).

O texto de abertura do dossiê, intitulado “Ao Mestre Enrique Padrós: para que continuemos sendo consciência crítica e barricada”, nos apresenta a dimensão de sua obra. No artigo escrito pelas professoras Sirlei Teresinha Gedoz, Janaína Athaydes Contreiras e Vanessa Dornelles em homenagem a Padrós, morto em 2021, acompanhamos a constituição da trajetória de um professor e historiador militante – dos direitos humanos, da memória das vítimas de violência do Estado, do ensino de história e do afeto. Nela, interligam-se questões centrais do programa da História como disciplina científica e agente social tais como a elaboração de interpretações teórico-conceituais sobre processos ditatoriais do Cone Sul da América Latina, notadamente o uso do conceito de Terrorismo de Estado e suas variantes, e o profundo compromisso com a construção de pontes, conexões e interações entre o conhecimento histórico acadêmico e a escola da Educação Básica.

Padrós foi arquiteto, engenheiro e operário fundamental dessas pontes no Rio Grande do Sul, forjando redes compostas por pesquisadores, estudantes de graduação, docentes dos Ensinos Fundamental e Médio e vítimas da violência ditatorial. Nesse caminho, anunciou temas que, hoje, diante do negacionismo científico e do fortalecimento da extrema direita, nos ocupam como docentes e pesquisadores: como transbordar as fronteiras universitárias e nos estabelecer como interlocutores importantes nos debates sociais e como reconstituir a dimensão ético-política da pesquisa e da docência em História.

O artigo de Dora de Sá Gallindo e Fernando Cauduro Pureza, resultante de pesquisa desenvolvida no ProfHistória na Universidade Federal da Paraíba, parte de uma sólida discussão bibliográfica sobre o negacionismo e sua historicidade no Brasil para examinar a produção e a difusão de negacionismos sobre a ditadura militar em ambientes virtuais, sob a perspectiva da existência de um ecossistema constituído por distintos agentes da extrema direita. Analisando uma experiência docente numa escola pública na cidade de João Pessoa, os autores evidenciam como esse ecossistema enraizou-se no ambiente escolar através de sujeitos em distintas posições. Isso os leva a destacar um aspecto importante, ainda que pouco presente em análises sobre o ensino da história da ditadura na educação básica, referente às dinâmicas autoritárias

que permeiam as relações no interior da escola e que têm possibilitado tanto a perseguição a docentes como a disseminação do negacionismo entre estudantes, docentes e funcionários.

As reflexões de Luís Fernando Cerri, Maria Paula Costa e Janaína de Paula do Espírito Santo, no texto “Representações de jovens estudantes sobre a ditadura militar brasileira”, dialogam diretamente com os debates sobre currículo ao sublinhar a urgência de considerarmos o ensino da história recente do país como uma prioridade nos planejamentos didático-pedagógicos. Analisando dados coletados em 3.920 questionários respondidos por alunos de 15 e 16 anos do ensino médio e por docentes de História dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o artigo apresenta visões sobre a ditadura militar, com leve predominância de apoio ao regime autoritário entre os estudantes, o que difere da oposição verificada entre os professores. Essas visões são cotejadas com variáveis como sexo, tipo de escola (pública de periferia/central, privada religiosa/laica), religião, interesse pela política e percepção de utilidade do conhecimento histórico. Os autores postulam que o ensino da história da ditadura tem a potencialidade de influenciar a cultura política dos estudantes em uma direção democrática e, portanto, sua pouca presença nas aulas de História termina por impactar as visões que os jovens constroem sobre esse período, muitas vezes baseadas em fontes externas à escola, sendo uma tarefa buscar alterar as escolhas curriculares atuais.

No texto de Adriana Gomes Santos, estão conectadas questões importantes para o aprofundamento da compreensão dos projetos ditatoriais na Amazônia que nos oferecem subsídios para trabalhar, em sala de aula, a história dos povos indígenas nas dimensões das violações de seus direitos e, também, da resistência e ação política por eles elaboradas. Alinhando-se aos pesquisadores que denominam o período da ditadura como empresarial-militar, a autora apresenta a discussão sobre o lugar central que os agentes econômicos ocuparam na elaboração e na execução das ações estatais na região amazônica, levadas adiante através dos discursos oficiais de integração e desenvolvimento que afirmavam a existência de “vazios demográficos”. Processo violento e racista, a implementação da atividade mineradora para o “progresso nacional” nas terras Yanomami, analisada com base em documentação do Serviço Nacional de Informação, afetou diretamente esses povos da Região Norte, com a invasão de

seu território por milhares de migrantes e funcionários de grandes empresas, processo que se repetiu durante o governo de Jair Bolsonaro.

O trabalho “No rastro dos incontáveis: notas sobre a construção e os usos de duas ferramentas pedagógicas sobre a ditadura militar”, escrito por Luciana Lombardo e Lucas Pedretti, aborda o desenvolvimento e a utilização de duas ferramentas pedagógicas acerca da ditadura: a série audiovisual *Incontáveis* e a exposição itinerante *Rastros da Verdade: arquivos e memórias da Comissão da Verdade do Rio*. Elas foram construídas e idealizadas por integrantes do Núcleo de Memória e Direitos Humanos da UFRJ entre os anos de 2019 e 2021 e continuam sendo utilizadas. A reflexão sobre essas iniciativas suscita uma discussão sobre a recepção da temática entre estudantes da educação básica, ressaltando outras possibilidades de como o referido conteúdo pode ser ensinado e aprendido, levando em consideração as suas subjetividades, complexidades, diversidades e saberes. Além disso, a explanação a respeito das experiências vividas durante o desenvolvimento do trabalho pode inspirar e servir como referência para que outros materiais e atividades possam emergir.

O artigo “Os usos docentes do museu no ensino da ditadura militar em São Paulo e Buenos Aires”, de Marcelo Henrique Leite é fruto da sua pesquisa de doutoramento desenvolvida recentemente no Programa de Pós-Graduação em História na Unirio e contribui com um profícuo debate acerca da importância das visitas escolares a museus que abordam as memórias da repressão. Nesse sentido, ele tem como fio condutor uma análise das atividades pedagógicas realizadas no Memorial da Resistência de São Paulo e no Museo Sitio de Memoria ESMA e uma reflexão acerca dos saberes docentes impulsionados durante as visitas. Dessa forma, verifica-se, a partir das experiências investigadas, como as visitas a museus possibilitam que docentes e estudantes possam ir além de um complemento do currículo escolar e dos conhecimentos acadêmicos sobre períodos ditatoriais. Essas práticas contribuem para potencializar a vivência de emoções e sensações, a construção de narrativas históricas e a mobilização de saberes diversos, ampliando os conhecimentos acadêmicos e escolares de forma crítica e reflexiva durante o processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, no texto “Lo que pasa de mano en mano. Las derechas extremas, las memorias y lxs jóvenes”, a historiadora Sandra Raggio nos oferece, na forma de ensaio, uma reflexão instigante sobre a história das políticas de memória argentinas e as formas de apropriação do passado recente pelos jovens no

contexto da ascensão da extrema direita e da eleição de Javier Milei. Considerada por muitas pessoas como um caso exemplar de justiça de transição, com o julgamento e a prisão de violadores dos direitos humanos e a implementação, pelo Estado e por diversas organizações civis, de políticas de memória em torno do passado ditatorial, Sandra analisa a experiência argentina e problematiza a maneira como, nela, a escola foi concebida como espaço de dever de memória, no qual se realizaram ações muitas vezes idealizadas fora dela – como reformas curriculares que definiram a história recente como conteúdo obrigatório, a produção de materiais didáticos por órgãos estatais e o estabelecimento de datas cívicas relacionadas ao período ditatorial. A autora sustenta que essas ações, muitas vezes, canalizaram para a escola “memórias cristalizadas” e “canônicas”, o que dificultou o estabelecimento de relações mais consistentes entre os estudantes e o passado recente, bem como seu protagonismo no processo de aprendizagem.

Uma possibilidade de superar esses impasses tem sido desenvolvida no programa *Jóvenes y Memoria*, promovido pela Comissão pela Memória da província de Buenos Aires desde o ano de 2002, no qual grupos de investigação formados por estudantes realizam pesquisas temáticas a partir de seus interesses e seus locais de moradia. Dessa forma, pontua Sandra, as pesquisas protagonizadas pelos jovens ampliam o leque de experiências traumáticas vividas sob a ditadura para além da política repressiva mais emblemática e levam, também, à emergência de novas vozes.

O dossiê apresenta ainda uma entrevista com Aureli Alves de Alcântara, Coordenadora do Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo. Nessa entrevista, Aureli relata aspectos relacionados à sua trajetória acadêmica e profissional, focando nas ações desenvolvidas no Memorial da Resistência, que se constitui em um dos mais importantes espaços de memória da ditadura no Brasil. Entre essas ações, destaca-se o Programa de Ação Educativa, que reúne iniciativas diversas, como a produção de cadernos temáticos, visitas educativas mediadas, contação de histórias, produção de jogos e a oferta de cursos de formação sobre direitos humanos e sobre o direito à memória e à verdade. Em sua narrativa, Aureli compartilha diversas percepções acerca de suas experiências junto ao Programa, enfatizando algumas inflexões e permanências nas formas de lembrar (e esquecer) a ditadura no Brasil.

Apresentados os textos, convidamos vocês a conhecerem essas escritas e

reflexões, que dizem tanto sobre esse tempo histórico que vivemos e as inquietações dele decorrentes. Esperamos que elas ecoem nas salas de aula da Educação Básica, nos cursos de formação de professores/as, nas pesquisas do campo do Ensino de História. E, principalmente, que ajudem a tornar a escola um espaço privilegiado para garantir que o *futuro* da ditadura de 1964 – e de todas as ditaduras e ditadores – seja o seu rechaço.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. *Anais eletrônicos: Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*, Caicó, RN, 2014.
- BAUER, Caroline Silveira; GASPAROTTO, Alessandra. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2021.
- CANDAU, Vera. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. 0103, 2021.
- GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula - desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.). *Ensino de História Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010, p. 183-201.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.
- KALLÁS, Ana Lima. *O debate público de professores historiadores acerca da ditadura pós-1964 no Brasil: ensino de história, memória e usos públicos da história recente (1985-2015)*. 361 f. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- NEGACIONISMO é um movimento organizado para espalhar desinformação, revela historiador. *Carta Campinas*, Campinas, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://car->

tacampinas.com.br/2021/04/negacionismo-e-um-movimento-organizado-para-espalhar-desinformacao-revela-historiador/. Acesso em: 7 ago. 2024.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura Brasileira: Verdade, Memória... E Justiça? *História*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 65-84, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Revista Tempo e Argumento*, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MIRALLES, Pedro. As pessoas tentam, mas a história difícil não é facilmente descartada: o lugar dos temas controversos no ensino de história. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 11, n. 22, p. 484-493, jul./dez, 2018.

NOTAS

¹ Sobre experiências desenvolvidas em escolas de Educação Básica acerca de temáticas vinculadas ao Golpe e à ditadura nos últimos anos, ver: Carvalho (2021) e Kallás (2020).

² De acordo com Marcos Napolitano (NEGACIONISMO, 2021), é preciso compreender esses discursos negacionistas em uma perspectiva mais ampla: “É preciso que fique muito claro para que não se confunda negacionismo com uma mera opinião polêmica de um indivíduo ou outro sobre um tema mais ou menos consagrado pela ciência. Não podemos ter essa ingenuidade. Negacionismo deve ser entendido como um movimento organizado que [age] propositalmente pra fins ideológicos, para espalhar desinformação”.

³ Sobre esses desafios, ver: MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.

⁴ “A designação de um passado ou de um tema enquanto sensível remete a processos e acontecimentos muito diversos, mas de forma geral abarca eventos traumáticos, vinculados a situações extremas de violência e opressão – como é o caso da escravidão negra nas Américas ou das experiências ditatoriais latino-americanas – e que forjam memórias e interpretações diferentes e controversas. O que faz com que tais passados ou temas sejam definidos enquanto “sensíveis” depende de uma série de fatores: não é algo dado, tampouco nos toca a todos/as da mesma forma. Alguns são mais delicados para determinados grupos sociais do que para outros. Além disso, elementos que são estruturantes das desigualdades, tais como raça, gênero e classe social, imprimem diferentes sentidos às experiências individuais e coletivas inscritas nesses passados sensíveis” (GASPAROTTO; BAUER, 2021).

⁵ De acordo com Candau (2007), o “educar para o Nunca Mais” é uma das dimensões centrais da educação em direitos humanos. Trata-se de uma dimensão que visa possibilitar o resgate de nossa memória histórica, rompendo “a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países” (p. 404-405).

